



#### POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO ECOLÓGICA

Hildo Honório do Couto (UnB)

Elza Kioko N. N. do Couto (UFG)

**R e s u m o :** O objetivo deste artigo é apresentar a extensão da linguística ecossistêmica chamada linguística ecossistêmica crítica ou análise do discurso ecológica (ADE), comparando-a com a ecolinguística tradicional, como a ecolinguística crítica, a análise do discurso francesa e a análise do discurso crítica inglesa, além de algumas menções à análise do discurso positiva. Todas essas vertentes da AD procuram nos discursos a ser analisados ideologia (marxista, feminista etc.) e relações de poder. A ADE se baseia em uma defesa da vida e numa luta contra tudo que possa trazer sofrimento aos seres vivos. Se é para falar em ideologia, que seja a ideologia da vida, ideologia ecológica (ecoideologia). Ela pode fazer uso de todas as categorias da ecologia, tais como interação, diversidade, adaptação, holismo, abertura/porosidade, relações harmônicas/desarmônicas etc. Ela é influenciada pela ecologia profunda, pelo taoísmo e pelas ideias de Gandhi. É prescritiva, no sentido de defender a vida e de lutar contra o antropocentrismo, o etnocentrismo, o androcentrismo etc. Por ser ecossistêmica, defende a integridade dos pequenos grupos étnicos, agindo a partir da visão ecológica de mundo (*from an ecological point of view*), não do ponto de vista lógico (*from a logical point of view*). Por isso, não se limita a analisar textos ambientais, antiambientais ou pseudoambientais. Ela pode analisar todo e qualquer tipo de texto. No final, é apresentada a análise de um texto científico.

**P a l a v r a s - c h a v e :** Análise do discurso ecológica; ecoideologia; defesa da vida; luta contra sofrimento.

**A b s t r a c t :** The main purpose of this article is to present the extension of ecosystemic linguistics known as critical ecosystemic linguistics or ecological discourse analysis (EDA). It is compared to traditional ecolinguistics, such as critical ecolinguistics, to French discourse analysis, to British critical discourse analysis, as well as to positive discourse analysis. All these versions of DA look for ideology (Marxist, feminist etc.) and power relations in the texts under analysis. EDA emphasizes a defense of life and a struggle against everything that may cause suffering to a living being. If ideology is unavoidable, that it be the ideology of life or ecological ideology (ecoideology). It may use all ecological categories, such as interaction, diversity, adaptation, holism, openness/porosity, harmonic and disharmonic relations etc. It is influenced by deep ecology, Taoism and Gandhian ideas. It is prescriptive in relation to these principles, and to anthropocentrism, ethnocentrism, androcentrism etc. Being ecosystemic, it defends the integrity of small ethnic groups, acting from an ecological view of the world (*from an ecological view of the world*), not from a logical point of view, as is done in the West. It is able to analyze any type of text, not only environmental, anti-environmental nor pseudo-environmental texts. There is a short attempt at analyzing a small scientific text.

**K e y w o r d s :** Ecological discourse analysis; ecoideology; defense of life; struggle against suffering.

### 0 Introdução

A ecolinguística em geral, justamente por ser ecológica, encara seu objeto de estudo em sua totalidade, ela é abrangente, holística. Nada do que é manifestação linguística pode lhe escapar, inclusive o que vem sendo estudado pela análise do discurso. Por esse motivo, a **linguística ecossistêmica** está estendendo seu objeto de estudo para compreender também questões de discurso. Está surgindo a **linguística ecossistêmica crítica** (LEC), com nome sugerido pela já bem estabelecida análise do discurso crítica (ADC) e pela **ecolinguística crítica**. Grande parte dos ecolinguistas atuais praticam esta última, como se pode ver nos ensaios individuais e nas coletâneas já publicadas. Às vezes, vemos também rótulos como **linguística ecocrítica** e até **linguística ambiental**, paralelamente às mais antigas sociologia ambiental (Catton Jr.; Dunlap, 1978) e à psicologia ambiental (Günther; Rozestraten, 2005). Nesse âmbito, poderíamos lembrar inclusive a ecocrítica (*ecocriticism*), embora ela se dedique mais a textos literários, uma vez que é uma disciplina da literatura (Glotfelty, 1996; Garrard, 2006; Couto, 2007: 423-433).

O objetivo do presente ensaio é apresentar a versão ‘crítica’ da linguística ecossistêmica, a LEC. Por se tratar de uma designação um tanto longa, que espicha a da linguística ecossistêmica, é preferível usar um nome mais simples, aparentemente mais palatável no cenário linguístico brasileiro. Em vez de LEC, doravante vamos chamar este ramo da linguística ecossistêmica de **análise do discurso ecológica**, abreviadamente ADE. Eventualmente, a primeira designação poderá aparecer também, quando e se for mais conveniente em determinados momentos, motivo pelo qual poderemos falar em ADE, em LEC e até na sigla composta ADE/LEC.

Nós não encontramos nenhuma publicação em português em que a expressão ‘análise do discurso ecológica’ tivesse sido usada. O máximo que vimos foi ‘análise do discurso ecológico’, estudo que pode ser feito de qualquer perspectiva, como é o caso dissertação de Carvalho (1989), defendida no Departamento de Psicologia da Educação, da FGV, antes mesmo do nascimento da ecolinguística com Fill (1993) e Makkai (1993). Em uma breve pesquisa na internet constatamos que a expressão *ecological discourse analysis* já foi usada pelo menos por Michael Zukosky, da Temple University, no contexto de seus estudos em antropologia linguística, ecologia política e etnografia da tecnologia e da ciência. Mas, ele quis dizer *analysis of ecological discourse*, ou seja, análise de discurso ecológico, análise que tem por objetivo os discursos ambientalistas. Encontramos a expressão também em francês (*analyse du discours écologique*), espanhol (*análisis del discurso ecológica*) e alemão (*ökologische Diskursanalyse*), mas apenas como citação. Não nos deparamos com nenhum ensaio sobre o assunto de que tratamos aqui. Ao que nos consta, ela foi proposta pela primeira vez em Couto (2013a) e retomada em Couto (2014), ano em que saiu também Alexander & Stibbe (2014).

Alexander & Stibbe (2014) usam a expressão ‘ecological discourse analysis’ quatro vezes, enquanto que ‘ecological analysis of discourse’ ocorre duas vezes. Os autores se propuseram um objetivo parecido com o da ADE, a começar da definição que dão de ecolinguística: “estudo do impacto da língua nas relações sustentadoras da vida entre humanos, outros organismos e o meio ambiente físico. Ela se orienta normativamente na direção das relações que mantêm a vida” (p. 104, 109). Asseveram que “este artigo descreve e explora a Análise do Discurso Ecológica como uma abordagem central na disciplina ecolinguística, opondo-se assim à ‘análise de discurso ecológico’ e ecologia da linguagem” (p. 104). Isso porque “ecolinguística é, primariamente, ‘análise ecológica de discurso’” (104). Enfim, para os autores, “o objetivo da ecolinguística é claramente muito mais amplo do que a análise de textos que por acaso sejam explicitamente sobre questões ambientais ou ecológicas” (109). Como se vê, eles se aproximaram dos objetivos da ADE, só que apenas na declaração de intenções. No fundo, quem aplicar sua proposta na análise de um texto qualquer certamente vai continuar enfatizando ideologias e relações de poder, o que a ADE não é o mais importante. Além do mais, não veem a ecolinguística como uma disciplina que se interessa por todo e qualquer aspecto da língua, como faz a linguística ecossistêmica, e não apenas por discursos.

O estudioso de ADE Alessandro Borges Tatagiba nos lembrou que existe a ‘análise do discurso positiva’, proposta por James R. Martin. A ADP seria uma complementação da análise do discurso crítica, que encararia seu objeto sempre pelo lato “negativo”. A ADP procuraria ver o lado “positivo”, fazendo do mundo um lugar melhor (cf. Martin, 2004, 2006; Vian Jr., 2010). Embora enfatize mais a harmonia, como a ADE, do que o conflito, a ADP ainda deixa pelo menos implícitas as ideologias políticas e as relações de poder, uma vez que nasceu no contexto da ADC.

### **1 A Análise do discurso (crítica)**

Atualmente existe uma imensa gama de tendências linguísticas que se intitulam ‘análise de(o) discurso’. Duas das mais divulgadas no Brasil, porém, parece que são a de orientação francesa e a inglesa. A primeira se associa ao nome de Michel Pêcheux; a segunda, ao de Norman Fairclough, que sofreu influências da linguística sistêmico-funcional de Michael A. K. Halliday. Entre as diversas outras orientações, poderíamos mencionar as de van Dijk, Foucault, Maingueneau etc. Como nosso objetivo aqui é falar da análise do discurso ecológica, não vamos fazer uma detalhada exposição da AD. No momento basta ressaltar que a linha que recua a Fairclough geralmente se adjudica a denominação ‘análise do discurso crítica’ (ADC). Há inúmeros trabalhos expondo as duas vertentes, alguns inclusive comparando-as. Sobre as demais também há uma vasta literatura. É só abrir qualquer manual de análise do discurso.

## ECO-REBEL

Nosso objetivo aqui é ressaltar algumas das propriedades de quase todas essas orientações em AD(C). A primeira delas é uma consciente e explícita orientação ideológica. Sobretudo em Pêcheux, essa ideologia é claramente marxista, em geral filtrada pela obra de Louis Althusser. Brandão (1996) historia a questão ideológica na AD, incluindo a visão de Ricouer. A linha anglo-saxônica receberia a ideologia marxista filtrada pela obra de Gramsci e pela escola de Frankfurt (Habermas, Adorno etc.). Há livros dedicados exclusivamente a examinar as relações da linguagem com a ideologia, como Fiorin (2007).

Juntamente com a ideologia, talvez entranhadas nela, temos as relações de poder, que são sempre exploradas nas análises de discursos. Ora, a ideologia apresenta pelo menos cinco características que vão frontalmente contra uma visão ecológica e taoísta de mundo. A primeira é o antropocentrismo, já notado por Rui Ramos. Ela também recua à filosofia marxista, sob o véu de ‘humanismo’ e, mais remotamente a Protágoras, passando por Bacon. Sabemos a que barbaridades essa visão de mundo tem levado, erigindo os humanos em reis da criação, que podem usar tudo na natureza a seu bel-prazer. Os demais animais e o mundo vegetal só valem alguma coisa na medida em que são úteis aos humanos. Como sabemos, essa mentalidade está literalmente devastando nosso meio vital de modo crescente.

A segunda característica da ideologia marxista inaceitável ecologicamente é a ênfase no conflito, com “classe dominante” *versus* “classe cominada”, por exemplo. Aliás, essa é uma de suas marcas registradas, que tem levado a confrontos, agressões, guerras e outras atrocidades. O partidário de determinada ideologia acha que a visão de mundo “correta” é a sua; a do outro é “errada”, portanto deve abandoná-la. Se não o fizer por bem, deve fazê-lo por mal, mediante violência, guerras etc. Os fundamentalismos de todos os matizes estão aí para prová-lo. É interessante notar que o próprio Marx caracterizara a ideologia como falsa consciência, ou seja, uma conotação negativa.

A terceira ideia marxista inaceitável é a de ditadura do proletariado. Em todos os regimes marxistas existentes ou que existiram deixou-se o proletariado de lado e ficou-se com a ditadura, frequentemente hereditária. A quarta ideia com a qual a visão ecológica de mundo não concorda é a de teleologia. Para o marxismo, a cultura e a natureza evoluem para uma finalidade definida: maior complexidade e “perfeição” na natureza e para maior “igualdade” na sociedade, isto é, para o comunismo. Por fim, temos a quinta característica inaceitável, a defesa do monoculturalismo e do monolinguismo, ou seja, tudo contra a ideia ecológica da diversidade.

Essa ideologia está em sintonia com a visão de mundo ocidental em geral, que enfatiza sempre a competição, não a cooperação, a adaptação. Isso pode ser visto até em conceitos polares como *bom-mau*, *alto-baixo*, *grande-pequeno*, *largo-estrito* etc. Para os ocidentais, de orientação aristotélica, eles são antagônicos: é um ou outro, não há meio termo. Para a filosofia oriental, como o taoísmo (Couto, 2012), eles são complementares, um não existe sem o outro, esses

## ECO-REBEL

pares de conceitos se articulam ao longo do mesmo eixo. Só existe o pequeno relativamente ao grande, só existe o largo frente ao estreito e vice-versa.

Além da ideologia marxista, a AD eventualmente tem sofrido alguma influência da psicanálise de Jacques Lacan. Sobre tudo a ideia de que o sujeito se forma a partir da relação com o outro, fato visível no nome que temos: ele é sempre dado pelo outro (pai, mãe). O nome de diversos povos foi dado por outros povos, pelo vizinho e até pelo inimigo.

Na verdade, o próprio foco no ‘discurso’ em vez do texto não evita algumas conotações antiecológicas. Como se pode ver representado graficamente em Couto; Embaló (2010: 236), ‘texto’ (a materialização do discurso) é produto da interação comunicativa. Ora, produto é algo produzido, feito, logo, estático. Etimologicamente, *discursus* em latim é o particípio passado de *discurrere*. Particípio passado indica algo terminado, acabado, logo, fechado e estático. Com isso, teríamos uma reificação da língua: o discurso seria uma coisa. A linguística ecossistêmica crítica (análise do discurso ecológica), por seu turno, focaliza o próprio processo de produção de texto/discurso, a interação comunicativa (juntamente com a respectiva ecologia da interação comunicativa), que tem um começo, mas cujo término fica em aberto, em consonância com a categoria da abertura ou porosidade da ecologia. É claro que na AD(C) se fala em “produção de discurso”, “prática sociais” etc. A ênfase, porém, é no discurso. Por esta e outras razões, às vezes é preferível falar-se em LEC em vez de ADE.

Embora às vezes se fale em “prática transformadora” (Fairclough, 2001), “empoderamento”, a AD(C) geralmente apenas descreve e critica seu objeto de estudo. Via de regra não há uma recomendação explícita, menos na AD do que na ADE, de intervenção no sentido de mudar certas práticas perniciosas e/ou que vão contra a vida, levando ao sofrimento. A ADE, por seguir a ecologia profunda, tem um lado claro e reconhecidamente interventivo, prescritivo nos termos de Arne Naess. Essa intervenção é sempre no sentido de salvaguardar a integridade dos seres, de manter a vida, de evitar o sofrimento. Na verdade, trata-se mais de recomendação, sempre no espírito de Gandhi, uma das fontes inspiradoras da ecologia profunda. Mais abaixo veremos algumas sugestões de intervenção que, contrariamente à AD(C), não visa prioritariamente a alterar relações de poder, mas proteger a vida e evitar o sofrimento. Com isso, afeta as próprias relações de poder, mas do ponto de vista da defesa da vida. Para falar a ADE “errado” (portanto, o que precisa ser mudado) é o que traz sofrimento e/ou morte. O que não o traz é, por exclusão, “certo”.

### 2 Ecolinguística crítica e variantes

No seio da própria ecolinguística já existem as denominações **ecolinguística crítica** (EC), **linguística ecocrítica** (LE) e **linguística ambiental** (LA), sob as quais questões ambientais têm sido tratadas, embora pareça tratar-se de nomes diferentes para a mesma coisa. A mais

conhecida entre elas é a EC. No presente volume temos os textos de Richard Alexander, de Arran Stibbe e, até certo ponto, o de Alwin Fill, que se filiam a essa orientação. Ramos (2009: 69) apresenta não só uma definição da disciplina, como também suas duas linhas principais de investigação. Comparando análise do discurso crítica e ecolinguística crítica, ele diz que “enquanto a primeira define como objecto o ‘discurso’, incorrendo, naturalmente, e em consequência disso, na consideração e análise da ‘língua’, a ecolinguística crítica explora em planos de relevo semelhante a ‘língua’ e o ‘discurso’, considerando que é aquela que, em muitas manifestações discursivas, configura um discurso não ecológico, favorecendo visões antropocêntricas do mundo e a separação e ascendência dos seres humanos face aos restantes seres vivos”. O autor continua afirmando que “são identificáveis na ecolinguística crítica duas linhas de orientação: a par de uma linha que elege o sistema linguístico como objecto privilegiado de estudo, há uma outra que visa a análise discursiva e textual das manifestações verbais”.

A esmagadora maioria dos ecolinguistas se dedica a essa linha de investigação, começando do próprio Alwin Fill, a maior força catalisadora da área, sem a qual a disciplina não teria a visibilidade que tem hoje. Mesmo antes de falar explicitamente em ‘ecolinguística’, ele já dizia que “há muito tempo a linguística tem se dedicado a frases, lexemas, morfemas e fonemas”, acrescentando que “foi um grande e importante trabalho que, no entanto, no essencial já está feito, de modo que os linguistas podem se dedicar a uma área que vá além disso, ou seja, a das relações entre ‘língua’ e ‘mundo’”. Trata-se de “uma nova maneira de encarar a língua que, contrariamente à visão ‘morfológica’ tradicional, pode ser chamada de ‘ecológica’” (Fill, 1987: 9-10). Em seu livro mais significativo para a área, ele apresenta, entres os temas a serem investigados pela nascente ecolinguística, questões como minorias linguísticas, língua como símbolo de identidade, língua como fator para evitar conflitos, linguagem preconceituosa, antropocentrismo, androcentrismo, defesa do pequeno contra o grande, desenvolvimentismo etc. (Fill, 1993). Essa postura pode ser visualizada em sua contribuição para o presente volume. No nosso caso, tudo isso pode ser apropriado pela ADE/LEC.

Dando uma olhada rápida nas principais coletâneas de textos ecolinguísticos de que temos conhecimento, notamos que cerca de 62% deles se dedicam à ecolinguística crítica, linguística ambiental (que trata de questões do ambientalismo), análise do discurso ecocrítica e áreas afins. Apenas uns 38% tratam de fenômenos linguísticos partindo de conceitos da ecologia, ou seja, partindo do ecossistema. Na ótima página [www.ecoling.net](http://www.ecoling.net), administrada pelo competente Arran Stibbe, aproximadamente 94% dos textos são de análise do discurso, sobrando só uns 6% para os que partem da "metáfora" da ecologia para estudar questões de “língua”. No entanto, é importante observar que isso é apenas uma ínfima parte do que a ecolinguística é capaz de fazer, como a linguística ecossistêmica tem demonstrado.

Diante do que acaba de ser dito, parece que a proposta que aqui apresentamos seria desnecessária, o que ela pretende estudar já viria sendo feito no seio da própria ecolinguística. Na seção seguinte tentaremos mostrar que ela é necessária.

### **3 É possível uma análise do discurso eminentemente ecológica?**

É bem verdade que a EC, a LE e a LA até certo ponto já são ecológicas, uma vez que todas elas fazem algum tipo de análise de discursos (anti)ecológicos. A diferença entre elas, de um lado, e a ADE, de outro, será investigada na seção 6. Por isso, aqui vamos simplesmente expor alguns dos princípios da ADE. Já vimos acima que as primeiras ideias nesse sentido foram expostas em Couto (2013b: 286), tendo sido desenvolvidas de modo mais pormenorizado em Couto (2013a, 2014). Por ser parte da linguística ecossistêmica, praticamente todos os conceitos e princípios expostos sobre ela no capítulo 8 são igualmente válidos para a ADE/LEC. Com isso, faz-se necessário apresentar no presente momento apenas o que há de mais específico na ADE, ou seja, aquilo que a caracteriza como a parte da linguística ecossistêmica que se dedica ao estudo dos discursos, dos textos.

De qualquer forma, vale a pena pelo menos salientar como os conceitos que emergem do ecossistema podem ser úteis em uma análise do discurso radicalmente ecológica. Começemos pelo de **diversidade**. Sua aceitação implica uma atitude de tolerância para com o outro, sobretudo quando é diferente. A não aceitação implica intolerância, o que pode conduzir à agressividade e à violência, sobretudo contra as minorias de todos os tipos. Sua aceitação pressupõe uma política de cooperação e harmonia, conceito que já está previsto na própria ecologia biológica, no caso, nas relações harmônicas, que podem se dar não só intraespecífica, mas também interespecificamente. No primeiro caso, temos as relações entre os seres humanos; no segundo, entre eles e seres de outras espécies de animais, que devem ser respeitados. O contrário seria a subordinação dos mais fracos aos mais fortes e a consequente imposição da vontade dos segundos sobre os primeiros. Como se vê, aqui entra, indiretamente, a questão do poder. Colocá-lo como ponto de partida pode levar ao fundamentalismo que, como sabemos, frequentemente chega até à violência. Por isso, a ecologia profunda, que é uma das inspirações da ADE, recomenda uma atitude à la Gandhi, isto é, firme, porém, não violenta.

A visão ecológica aconselha aceitar a diversidade não no sentido de adotar mesmo aquilo de que discordamos, mas no de respeitá-lo. Afinal, “certo” e “errado” são conceitos criados socialmente, logo, são relativos. Além de eles não existirem na natureza, variam de comunidade para comunidade e de um segmento social para outro. Se quisermos usar o conceito de “errado”, ele se aplicaria ao que traz sofrimento como entendido no presente contexto. O que não o traz não pode, legitimamente, ser considerado errado. Como disse Aldo Leopold, “uma coisa é certa quando tende a preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica. Ela é

## ECO-REBEL

errada quando vai na direção oposta” (*apud* Dregson; Inoue, 1949: v). Para a ecologia profunda, errado é o que traz sofrimento. O que não o traz não pode assim ser considerado.

Na dinâmica das inter-relações, há uma constante **adaptação** de organismos ao meio e do meio aos organismos, além das adaptações dos próprios organismos entre si. A adaptação do meio aos organismos era menor no começo filogenético da vida, mas vem se intensificando a cada dia que passa, sobretudo devido ao desenvolvimento tecnológico (essa adaptação pode levar a um beco sem saída). O mundo e a cultura (inclusive a língua) são dinâmicos, estão sempre mudando, se adaptando às novas situações que a natureza (e a cultura) lhes apresenta. Não se adaptar é oferecer resistência, o que pode também levar à desarmonia, ao conflito e à violência, quer contra outros seres humanos, quer contra os demais seres vivos e a natureza em geral, como se vê nas ações predatórias. A visão darwinista falava em competição e sobrevivência do mais forte. As novas pesquisas em ecologia têm mostrado que sobrevive mais aquele que se adapta mais, não necessariamente o mais forte. Se fosse assim, os dinossauros não teriam desaparecido. Adaptar-se é procurar viver em harmonia com o meio e com o outro. Adaptação é um conceito central também no taoísmo.

A diversidade se dá no interior do ecossistema como um todo, donde o **holismo**, visão abrangente necessária a fim de que não haja exclusão deste ou daquele, dependendo dos interesses de quem tem poder. Ele não pode se restringir a sua facção. O que é mais, esse todo se inter-relaciona com os ecossistemas vizinhos, os demais todos, fornecendo e recebendo matéria, energia e informação deles. A visão holística evita o sectarismo. Esse todo apresenta a característica da **abertura**, às vezes também chamada de **porosidade**. Esse traço do ecossistema, juntamente com a diversidade, enseja a tolerância para com os de outras espécies, outros grupos étnicos, vai contra o etnocentrismo, o racismo e os demais “ismos” acima mencionados. Ela nos ensina que nada está isolado, portanto, recebe influência de fora, além de enviar seus influxos para fora. Ela nos leva a receber o outro, como no caso dos imigrantes. Existem diversos outros conceitos ecológicos de que se pode lançar mão na ADE. Entre eles, temos relações harmônicas *versus* relações desarmônicas, tanto intraespecíficas quanto interespecíficas. Entre as **relações harmônicas interespecíficas**, poderíamos mencionar o **inquilino**, o **comensalismo** e o **mutualismo**. No que tange às **relações desarmônicas interespecíficas**, sobressaem-se o **predatismo** (**predador** *versus* **presa**) e o **parasitismo**. Entre as **relações desarmônicas intraespecíficas**, poderíamos trazer à baila a **competição**, que se dá também nas interespecíficas. Aquilo que se chama **comunhão** em linguística ecossistêmica (pressuposto para a interação comunicativa) se enquadra nas **relações harmônicas intraespecíficas**. Enfim, na própria ecologia geral, bem como em suas vertentes filosófica, sociológica etc., já temos os conceitos necessários e suficientes para efetuarmos estudos críticos sobre textos que falam de diversos assuntos. Nos dias atuais não precisamos mais ter medo do



## ECO-REBEL

biologismo. Usar a ecologia geral como base para os estudos culturais (e linguísticos) é assumir o ponto de vista da vida, justamente estudada pela biologia, de que a ecologia (e a ecolinguística) faz parte. O predatismo pode esclarecer alguns pontos sobre o consumo de carne pelos humanos.

Se quisermos usar o conceito de ideologia na ADE terá que ser algum tipo **ideologia da vida**, **ideologia ecológica** ou **ecoideologia**. Ela se apoia nas ideias da ecologia profunda, que, como disse seu criador, o filósofo norueguês Arne Naess, não é apenas descritiva e crítica, mas também **prescritiva**, ideia defendida também pelos ecolinguistas Jørgen Døør e Jørgen Bang. Ela luta pelos seres vivos de todas as espécies, criticando tudo que possa prejudicar a vida na face da terra. Seu ponto de honra é a defesa incessante da vida. Ela se posiciona contra tudo que pode trazer sofrimento. Porém, sempre pacificamente, sem violência, como fazia Mahatma Gandhi, uma de suas fontes de inspiração (Naess, 1973, 1989, 2002; Couto, 2012: 49-67). Afinal, para falar sério não é necessário falar de cara feia. A ADE entende ideologia como sendo o modo de encarar o mundo, e o seu modo de encarar o mundo é pelo ângulo de uma defesa intransigente da vida.

Enfim, se um dos pontos de honra da ADE é a defesa da vida, em todos os sentidos, e uma luta contra tudo que possa trazer sofrimento, é preciso ressaltar que o sofrimento pode ser físico (natural), mental ou social. Sobre o sofrimento físico (**natural**) nem é necessário insistir muito, pois qualquer ato que o provoque salta à vista. Não é necessário fazer grandes análises para se chegar à conclusão de que um espancamento ou um estupro traz grande sofrimento à vítima. Os assassinatos cruéis causam o maior tipo de sofrimento que se possa imaginar, a **morte**. Sofrimento **mental** pode ser causado pelo assédio moral de um superior ao inferior no ambiente de trabalho, por xingamentos, pelas agressões verbais de um marido bêbado e/ou violento à mulher e/ou aos filhos. Sofrimento **social** é, por exemplo, expor alguém ao ridículo, difamá-lo, desmoralizá-lo publicamente. É muito importante, porém, lembrarmos-nos de que não são só os humanos que podem ser submetidos ao sofrimento. Os demais animais também. No prefácio a Couto (2007), vemos um relato sobre sofrimento infligido a animais em fazendas do interior. Entretanto, não são só os animais domésticos que não devem ser submetidos a situações que causam sofrimento. Os demais também. A caça e a pesca lúdicas estão nesse caso. Quando o rei da Espanha foi caçar (matar) elefantes, o objetivo era a “diversão” do monarca. O sofrimento dos elefantes não era posto em questão, como se pode ver muito bem analisado em Ramos (2013).

É importante ressaltar que sofrimento e morte fazem parte da vida. Na visão de mundo ocidental, elas se opõem: é vida ou morte, é dor ou prazer. Para o taoísmo, porém, prazer e dor são os polos de uma mesma realidade, constituem um todo. O mesmo se pode dizer de vida e

morte. A morte é o encerramento de um ciclo, que dá lugar a outro ciclo. A vida termina na morte, mas é a morte que garante que possam nascer outras vidas.

Uma vez que a ADE é parte da linguística ecossistêmica, como ela tem como pressuposto o ecossistema integral da língua, com respectivos componentes e propriedades. Esse ecossistema consiste de um povo (P), vivendo em seu território (T) e falando sua própria língua (L). O tripé PTL é a base de toda a existência de qualquer povo. Perder qualquer um desses componentes é como ter uma parte do próprio corpo extirpada. Nenhum povo mantém sua identidade na íntegra se perde um deles. Os grupos indígenas brasileiros sabem muito bem que perder a língua ou o território é começar a perder a própria identidade, é o começo da morte como grupo étnico autônomo. Portanto, essa perda lhes traz sofrimento social, mental e, talvez, até mesmo físico.

Falar em sofrimento mental e social, além do físico, faz sentido porque, quer queiramos quer não, até certo ponto somos diferentes dos demais animais. Eles agem apenas por instinto (natural). Nós temos também uma mente, somos seres mentais, o que nos leva a ser adicionalmente sociais. É claro que os demais animais também têm algum tipo de “mente” e se organizam socialmente, mas não tão complexamente como os humanos. O que é mais, ao lado dos aspectos puramente físicos, mentais e sociais, devemos levar em conta uma outra dimensão. Independentemente de nossas crenças, ou descrenças, sempre que formos analisar um texto/discurso temos que pensar na vida **espiritual** do objeto de nosso discurso. Para muitos grupos humanos, a árvore, a montanha, a pedra, as águas, enfim, tudo tem alma. Na idade média, toda a natureza era uma obra de Deus, logo, era um símbolo dele e devia ser venerada.

Um exemplo interessante de situação que provoca sofrimento em todos os sentidos (físico, mental, social) é a situação da mulher em alguns países muçulmanos radicais. Como sabemos, ela tem muito menos direitos do que o homem, e muito mais obrigações do que ele. Caso ela não obedeça, pode ser exposta à execração pública, ser apedrejada e até executada de maneira que para nós parece cruel e perversa. Alguns críticos ocidentais, inclusive alguns antropólogos, alegam que isso faz parte da cultura muçulmana, aceita pelas próprias mulheres muçulmanas. No entanto, lembra Arne Naess, nesses próprios países existe pelo menos uma pequena minoria que é contra esse tipo de comportamento em relação à mulher. É essa minoria que deve receber nosso apoio porque ela luta contra o sofrimento das mulheres em questão.

Deve ficar bem claro que, para a ADE, essa defesa não é necessariamente uma atitude feminista.

É muito mais do que isso. É uma luta contra atos que causam sofrimento a um ser humano, que, antes de tudo é um ser vivo, que sofre, e aqui poderíamos adaptar o termo inglês *sentient*, e falar em ser sentiente, embora Damásio (2002) diga “senciente”. O que é mais, por ser um ser vivo social, sofre não só fisicamente, mas também mental e socialmente. Defender a mulher que sofre por ser mulher é estabelecer uma discriminação às avessas. Devemos defendê-la não como um ser humano feminino, mas como um ser humano que, como qualquer ser humano, está

sujeito ao sofrimento. Para a ADE, o feminismo é importante, mas pode ser radicalizado, e, se o for, tornar-se-á parcial, partidário, a ponto de ficar incondicionalmente contra o homem, atitude inteiramente equivocada. Em casos extremos, essa ideologia pode levar a considerar o homem em geral como um antagonista, um inimigo, não como um ser humano que existe para ser aliado e parceiro da mulher, igual a ela. Ideologias podem levar a uma atitude fanaticamente radical, fundamentalista, que vai frontalmente contra a ideologia ecológica, essa sim, defensora da vida. Para a ADE/LEC, não se trata de mulher *versus* homem, mas de mulher *e* homem.

#### 4 Alguns tópicos privilegiados pela ADE

Em princípio, a ADE pode analisar qualquer tipo de texto/discurso, inclusive textos abstratos, teóricos, filosóficos etc. No entanto, há temas preferidos, assim como os tem a AD(C). Vejamos alguns temas, entre inúmeros outros, a que a ADE pode se dedicar preferencialmente, bem como alguns conceitos ecológicos que podem ser apropriados por ela além dos já mencionados acima. Em Fill (1993) já encontramos sugestões de uma série de assuntos que podem (e devem) ser estudados por uma análise do discurso ecológica. Em primeiro lugar, temos o **antropocentrismo**, que tem levado os humanos a se acharem no direito de devastar tudo em prol do próprio bem-estar. Em segundo lugar, vem a questão das **línguas minoritárias** em contraposição às línguas dominantes que ameaçam sua existência, sendo que o mesmo vale para os dialetos populares e rurais. Da perspectiva da ADE, devemos lutar pela sobrevivência das variedades linguísticas minoritárias porque sua extinção implica a descaracterização da identidade de seus falantes, que é o mais importante, o que os faz sofrer. Isso leva a outro tema muito relevante, que é o culto do **desenvolvimentismo**. Desenvolver é procurar crescer, ir de um estado “menor” para outro “maior”, o que implica que o grande é melhor do que o pequeno. A consequência dessa atitude é que o “pequeno” se sente inferiorizado, logo, sofre. Na cultura ocidental, os dois conceitos se opõem, é um ou outro. Na oriental, como no taoísmo (Couto, 2012: 23-47), e na ecologia profunda, eles são complementares. Vejamos o que está dito em um poema de Ralph Waldo Emerson (1803-1882), em uma disputa entre a montanha e o esquilo. Este disse àquela: *Se eu não sou tão grande como você / Você não é tão pequena como eu*. Vale dizer, o grande não é necessariamente melhor do que o pequeno. Tudo é uma questão de ponto de vista, de perspectiva, dos “aspectos” de Ortega y Gasset.

Contra o antropocentrismo, alguns autores propõem o **biocentrismo**; outros, o **ecocentrismo**, a despeito da opinião de Pepper (s/d). Tudo que vinha sendo privilegiado pela AD(C) pode ser reinterpretado pela ADE. Em Couto (2007: 347-356), há uma longa lista de atitudes preconceituosas que causam sofrimento no público alvo. A primeira é o já mencionado antropocentrismo, que consiste em colocar os humanos no centro do universo, tudo mais existindo apenas para servi-los. Ele pode se mostrar no que tange à natureza não viva, como ao

dizemos que um dia ensolarado é *bom tempo*, e, se chove, *mau tempo*. Em se tratando de natureza vegetal, consideramos *erva daninha* ou *mato* as plantas que não nos são úteis, mas teimam em nascer junto com as *plantações*, e assim por diante. Os animais em geral são chamados de **bicho**, termo altamente pejorativo. A segunda é o **etnocentrismo**, que consiste em considerar o que existe em nossa cultura melhor do que o que existe na dos outros, mas não na nossa. O **androcentrismo** seria uma terceira manifestação da linguagem preconceituosa, uma vez que traz sofrimento à mulher. Algumas de suas variantes recebem o nome de **machismo**, **sexismo** e outros. Como se vê, a justa luta das feministas se enquadra aqui também. Ela está no contexto mais amplo da igualdade de direitos e deveres dos seres humanos, independentemente de sexo. Uma quarta seria o **classismo** ou **aulicismo**, que consiste em considerar a cultura das elites urbanas e as próprias pessoas das cidades, como de algum modo mais refinadas, melhores do que as dos habitantes da zona rural.

Na seção 7, temos uma sugestão provisória de como se analisar um texto que não tem a ver diretamente com questões ambientais partindo de conceitos e princípios da ecologia.

### 5 ADE e o ecossistema linguístico

Gostariamos de retomar os componentes do ecossistema linguístico, como exposto nas figuras 2 a 6 de Couto (este volume), constituído de um povo (P), vivendo em sua terra (T) e se comunicando entre si pelo modo tradicional de comunicar, sua linguagem (L). Como foi salientado nesse texto, até o leigo sabe que para haver uma língua é necessário que haja um povo vivendo em determinado lugar. No referido texto, T está para ‘território’, e isso já é uma deixa para começarmos a discussão. A linguística ecossistêmica tem uma postura semelhante à de Marx e Engels na *Ideologia alemã*, que veem a cultura emergindo do mundo, não o contrário. Aliás, o ecolinguista Peter Finke também defende essa tese, caso também do criador da ‘ecologia social’, Murray Bookchin (cf. Bookchin, 1993). O território é a base física sem a qual não há povo, e sem povo não há língua. Por isso, vamos falar um pouco mais sobre o tripé PTL.

Um espaço qualquer da face do globo inabitado poderia ser chamado de ‘lugar’, ‘local’, ‘chão’ ou ‘terreno’. Para fins de unificação terminológica, vamos chamá-lo de **terra**. Quando essa terra passa a ser habitada por um povo que nela se instala, passa automaticamente a constituir o **território** desse povo. A atitude de apropriação, o sentimento que os membros desse povo têm para com esse território, a convivência com ele, pode ser chamada de **territorialidade**. Por ser a base para a existência da comunidade (outro nome para o ecossistema linguístico), o território é parte inalienável da identidade do povo em questão. Tirá-lo dele, ou retirá-lo daí é amputar um de seus membros, a base de sua existência. É extirpar-lhe a territorialidade. Isso fica bem claro

na colonização da América pelos europeus. A grande maioria dos povos autóctones foram espoliados de seu território. Só no Brasil desapareceram mais de 500 povos de 1500 até hoje.

O lado P (população, povo) do tripé, tampouco pode ser desprezado pela ADE. Não é só o esbulho de T que causa sofrimento. Provocar a dispersão dos indivíduos que constituem P também leva à perda da identidade do povo e à sua extinção, sua morte como povo. Por fim, provocar a obsolescência, e a morte, de sua língua (L) também leva sofrimento a esse povo. Ela é um dos maiores itens de sua identidade. Atualmente, existem centenas e até milhares de povos que já a perderam devido à força constritora da língua do colonizador. Um povo sem L e T próprios está fadado à extinção como povo. Conclusão: um povo só estará forte como tal se tiver os três componentes do ecossistema integral da língua, P, T e L.

Nesse momento, seria interessante trazer à baila os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, embora em um sentido diferente do que têm em Deleuze & Guattari (2008). Consideramos que um povo goza de plena vitalidade quando usufrui de uma **territorialização**, ou seja, quando está tranquilo em seu território, levando sua vida como lhe é possível levar. Infelizmente, porém, volta e meia determinado povo é despossado de sua terra, de seu território, momento em que temos a **desterritorialização**, mesmo quando seus esbulhadores tentam reassentá-lo em outro lugar, em outra terra, reterritorializá-lo. Frequentemente, a **reterritorialização** é dolorosa, pois não há uma afeição à nova terra como a que havia para com o próprio território. Não se sente uma territorialidade forte para com ela. A não ser que o povo em questão esteja à procura de uma ‘terra prometida’. Mas, mesmo nesse caso, ela não é como aquela em que seus membros nasceram, tiveram filhos, netos etc. Entre povo e território há uma ligação telúrica, umbilical. Cortar essa ligação é trazer sofrimento ao povo.

Em síntese, não é por acaso que a ADE se chama também **linguística ecossistêmica crítica**. Ela é aquela parte da linguística ecossistêmica que enfatiza a defesa da vida, inclusive sugerindo intervenção a fim de preservá-la. A linguística ecossistêmica por si só não é apenas uma teoria científica, cujo objetivo é fornecer um modelo teórico e uma metodologia para descrever e explicar dados da realidade da linguagem como fenômenos ecológicos. Ela é, antes, um ponto de vista a partir do qual tudo isso pode ser feito. O que a distingue dos demais modelos teóricos é o fato de ser também intervencionista em prol da vida.

### 6 Comparando ADE e AD(C)

Vejamos alguns argumentos que justificam, a nosso ver, a necessidade de uma análise do discurso ecológica. Para começo de conversa, na análise do discurso ecológica, o núcleo da locução nominal é ‘análise’, sendo ‘de discurso’ um adjunto, ou seja, a análise é de base ecológica. Se se tratasse de ‘análise de discurso ecológico’, a locução nominal principal seria

## ECO-REBEL

‘discurso ecológico’, o que significaria que se estaria discutindo só discursos ecológicos ou antiecológicos. Este último tipo de estudo pode ser feito não só pela AD(C), mas também no contexto da sociologia, de algumas orientações filosóficas etc. Até o leigo pode comentar discursos pseudoecológicos.

Cada modelo teórico pode se distinguir dos demais pelo menos de três maneiras. Primeiro, pelas bases teóricas, por sua epistemologia. Segundo, pelo objeto de estudo, pela ontologia. Terceiro, pelo modo de relacionar as duas, vale dizer, pela metodologia. No caso, a AD(C) pode até fazer uma análise crítica de um texto que trate de questões ambientais e ecológicas, ou antiambientais e antiecológicas. No entanto, esses não são seus temas favoritos. Ela se debruça mais sobre questões ideológicas, políticas, que envolvam relações de poder. A ideologia no caso é geralmente a marxista. O fato de ela eventualmente fazer esse tipo de estudo é fortuito, casual. Tanto que sempre o faz pelo cadinho da ideologia e das relações de poder. Ela só se aproximaria parcialmente da ADE pela ontologia, e só nesse caso.

A ecolinguística crítica (EC) dá preferência a temas (anti)ambientais (ontologia), lançando mão de alguns conceitos ecológicos como metáforas, embora nem sempre, como o já citado ensaio de Ramos (2013). Com isso, ela se aproxima da ADE, além da ontologia, também pela epistemologia. No entanto, o modo como ela o faz (metodologia) a distancia da ADE, justamente por usar conceitos ecológicos, quando o faz, como meras metáforas. Há uma certa artificialidade, pois se transportam conceitos da ecologia biológica (e da filosófica) para o domínio da linguagem. A ADE, ao contrário, por se incluir na linguística ecossistêmica, usa conceitos ecológicos por ser uma disciplina ecológica, não por tomá-los de empréstimo à ecologia. Ela segue a direção da ecologia linguística, não a da linguística ecológica.

Enfim, a AD(C) não dá relevo ao meio ambiente, a questões ambientais, em nenhum dos três níveis. Embora muitos ensaios na área tenham se dedicado casualmente a assuntos ambientais (ontologia), ela não inclui explicitamente a defesa da vida e a luta contra o sofrimento. A EC parte pelo menos parcialmente de bases ecológicas (epistemologia) e trata preferencialmente de questões ambientais (ontologia). No entanto, não costura bem as duas coisas, por ser epistemologicamente ecológica apenas de modo parcial. O que é mais, também ela tem um certo receio do mundo natural, valendo-se apenas da ecologia filosófica e da sociológica, às vezes evitando deliberadamente proximidade com a ecologia biológica, por medo do ‘biologismo’. Com isso, esquece-se de que a biologia é a ciência da vida. Além do mais, não leva em conta a ecologia mental nem a social e, muito menos, a espiritual.

Juntamente com Alwin Fill, a ADE defende o pequeno (isso é defesa da vida), enquanto que a filosofia ocidental em que a AD(C) de baseia defende o desenvolvimento (mesmo que ‘sustentável’), que é, ao fim e ao cabo, um movimento na direção do grande, objetivo principal.

## ECO-REBEL

No quadro abaixo, apresentamos sinoticamente alguns dos principais pontos em que ADE e AD(C) se diferenciam uma da outra.

### Análise do Discurso (Crítica)

### Análise do Discurso Ecológica

|  |   |
|--|---|
| Enfatiza o objeto de estudo do ponto de vista ideológico-político, quando muito psicanalítico  | Põe em primeiro plano a questão da vida na face da terra, a ecologia, que é parte da biologia. Se é para falar em ideologia, que seja a <b>ideologia ecológica ou da vida</b> .                               |
| Está em sintonia com a filosofia ocidental, que enfatiza a competição (marxismo: conflito). Ela pode levar ao ódio                                   | Tem mais afinidade com as filosofias orientais (hinduísmo, budismo, taoísmo) que enfatizam a cooperação, o que leva à harmonia, ao amor.  |
| Parte do ponto de vista lógico ( <i>from a logical point of view</i> : Quine): não refuta nem critica a visão de mundo ocidental, que é reducionista | Parte do ponto de vista ecológico ( <i>from an ecological point of view</i> : Finke), que é abrangente, holístico. Combate a cosmovisão ocidental.  |
| Tende a apenas analisar e criticar os estados de coisas de que trata, com raríssimas exceções, como a ADC  | Analisa, critica e <b>prescreve/recomenda</b> comportamentos que favoreçam a vida e evitem o sofrimento   |
| É humanista, logo, antropocêntrica como o marxismo, cuja filosofia assimila (ver Ramos, 2009, acima)   | É biocêntrica, ecocêntrica, como a ecologia profunda  |
| Crítica o estruturalismo, sobretudo a gramática gerativa   | Crítica o estruturalismo, a gramática gerativa e a AD(C)  |
| Dedica-se a discursos produzidos, logo, a produto, algo feito, coisa   | Dá preferência ao próprio processo de produção de discursos ( <i>das Fliessen selbst</i> [o próprio fluxo], Fill, 1993). A ecologia da interação comunicativa é o núcleo central da linguística ecossistêmica |
| Dedica-se apenas ao ecossistema social, quando muito chegando até o ecossistema mental (psicanálise).  | Leva em conta não só o ecossistema social e o 'mental', mas também o natural, com o que se aproxima da ecocrítica (ver Glotfelty). Tende a incluir até mesmo a dimensão espiritual.                           |

Poderíamos acrescentar muitas outras diferenças entre as duas teorias. Por exemplo, a ADE encara mundo ecologicamente, o que significa que está do lado da vida. A AD(C), por não estar desse lado, mas da ideologia (política, marxista etc.) parece ficar mais do lado da economia. Enfim, como timidamente sugeriram Alexander; Stibbe (2013), podemos dizer que a ADE faz “análise ecológica de discurso”, não apenas “análise de discurso ecológico”. Ela é ecológica porque é parte da linguística ecossistêmica, que é parte da macroecologia, em pé de igualdade

com a ecologia biológica. Por isso, sua análise de fenômenos linguísticos é ecológica do ponto de vista epistemológico, do ontológico e do metodológico.

### 7 Questões polêmicas

Quando se fala em defesa da vida e luta contra tudo que traz sofrimento (físico, mental, social, espiritual), podemos entrar em uma área escorregadia, polêmica, em que os ânimos podem facilmente se acirrar. A primeira dúvida que surge é sobre o que é vida. Podemos dizer que há vida assim que há a fecundação do óvulo? Um mês, dois, três, seis depois? A segunda é sobre sofrimento de quem, como no caso de uma mulher que ficou grávida como resultado de um estupro. Deve-se levar em conta o sofrimento dela ou o do feto? Ou de ambos? A terceira dúvida emerge quando se trata de conflito entre tradições culturais antigas e sofrimento físico, como o infanticídio entre alguns grupos étnicos ameríndios.

Há toda uma série de questões adicionais que devem ser levadas em conta. Uma delas é a intensidade do sofrimento: dependendo da intensidade, o sofrimento social e/ou o psicológico pode ser maior do que o físico. Por exemplo, um beliscão (físico) é muito menos intenso do que uma tortura mental, a desmoralização social ou ridicularização (expor ao ridículo) perante a comunidade de que faz parte, a difamação etc. Uma outra se dá quando a própria vítima não se considera ofendida, como algumas mulheres muçulmanas que aceitam certas punições a elas infligidas como sendo algo que tem que ser feito. Para a ADE, que segue a ecologia profunda, mesmo assim, pelo menos em alguns casos é necessário intervir em defesa da vida. Do contrário, aceitaríamos a **eutanásia** e até o sacrifício de crianças em prol de uma presumível eugenia.

Vejamos o caso do infanticídio entre alguns grupos ameríndios. Em 1957, os tapirapé ainda sacrificavam o quarto filho para evitar uma superpopulação, o que era condenado pelas missionárias católicas. Mas, alguns dos casos mais ruidosos se deram no início do ano 2000. Entre 2004 e 2008, a indiazinha da tribo suruwahá chamada Iganani, além de ilegítima nasceu com paralisia cerebral. Por isso, deveria ser sacrificada. No entanto, sua mãe Muwaji Suruwahá procurou tratar dela em São Paulo e Manaus, com a ajuda do casal de missionários Edson e Márcia Suzuki. Um procurador do Estado do Amazonas e um antropólogo queriam que se deixassem os índios praticar seus costumes, no caso sacrificá-la. Mas, ela acabou sendo salva. Outra criança suruwahá, Sumawani, com traços de hermafroditismo, também deveria ser sacrificada. O próprio cacique da tribo propôs aos pais que procurassem por tratamento “branco”, com o que ela seria reinserida na vida tribal. É o que foi feito. Em 2007, de novo Edson e Márcia salvaram do sacrifício a menina Hakani, levando-a para morar com eles em Brasília. Enfim, os casos são inúmeros.



## ECO-REBEL

Esse assunto já era objeto de polêmica na China antiga. O filósofo Mozi ou Mo Tzu (468-376 a.C.) da época dos Estados Guerreiros (479-221 a.C.), disse o seguinte: “Antigamente, a leste de Yue havia o país de Gai Shu. Quando nascia o primeiro filho, eles o esquartejavam e comiam, chamando a isso uma obrigação para com seus irmãos mais novos. Quando o avô morria, levavam a avó para longe e a abandonavam, dizendo: ‘Não podemos viver com um fantasma’. Isso era a política e o costume da época, postos em prática incessantemente e mantidos com todo cuidado. No entanto, como pode isso ser realmente chamado de humano e correto?” (Mo Tzu, 2010). Como se vê, já naquela época não era considerado etnocentrismo ir contra a dor física pungente, lancinante e a morte, mesmo contra costumes arraigados e, às vezes, independentemente da vontade das vítimas. A intervenção já era considerada uma defesa da vida e contra o sofrimento.

Nesses, e em casos semelhantes, a ADE tem uma posição muito clara, uma postura que precede tudo: a defesa incondicional da vida, a luta constante contra tudo que traz sofrimento. Portanto, ela está de acordo com Mo Tzu e com o casal de missionários. Entre costumes e hábitos culturais arraigados e a preservação da vida, a ADE fica do lado da segunda. É claro que os antropólogos e um ou outro indivíduo poderiam alegar que infringir a regra comunitária de sacrifício nos casos recém-mencionados traria sofrimento para a tribo como um todo e, localmente, a comunidade prevalece sobre o indivíduo. No entanto, todas as tribos em questão estão em contato com a cultura não índia, com o que estão se desaculturando e aculturando-se à sociedade envolvente, com toda a sua força constritora. Mais cedo ou mais tarde, esses costumes desaparecerão. Quer dizer, hábitos culturais passam, transformam-se, mas a vida não. A morte é irreversível. Se se tratar de grupos isolados do restante da comunidade brasileira, que ninguém de fora se intrometa em suas práticas culturais. Grupos isolados, devem ser deixados em paz, praticando seus hábitos e costumes sem ser perturbados. Mas, mesmo aí, se algum “branco” que apareça na periferia da comunidade perceber algo assim, por que não “resgatar” quem vai sofrer a morte?

A questão é polêmica. Não há uma resposta definitiva para cada caso especial. O que a ADE sugere são algumas diretrizes, *guidelines*, como se diz em inglês, para não se julgar cada caso de maneira *ad hoc*. Um ponto de partida para toda a discussão é a defesa da vida, o que implica uma luta contra tudo que traz sofrimento, como já caracterizado.

A mulher tem sido vítima de violência por parte do homem de longa data, mas, ultimamente tem havido relatos de agressões da mulher ao homem. Trata-se de um tema altamente delicado, explosivo, mas, além de registros em instituições de saúde, descobrimos duas dissertações de mestrado, escritas por mulheres, que tratam do assunto. A primeira é de Simone Alvim, defendida no Departamento de Psicologia da UFES (Vitória). A outra é de Fernanda Bona, da Universidade de Juiz de Fora, também na área de psicologia. As duas procuram falar de

violência doméstica, não importa de que direção ela parta, do homem ou da mulher. É claro que a Lei Maria da Penha veio em boa hora para punir homens violentos e covardes (por terem mais força física) contra mulheres. No entanto, segundo as autoras, é preciso ver o outro lado também.

Gostaríamos de trazer à baila uma questão menos polêmica, é verdade, mas não menos problemática, que é a da **espiritualidade**, já discutida em Carvalho & Steil (2008) da perspectiva ecológica; Fritjof Capra vê uma ligação íntima entre visão ecológica de mundo e espiritualidade. Muitos cientistas não gostam de tocar no assunto, pois ele não é quantificável. No entanto, praticamente todos os povos a tem, em maior ou menor grau, portanto, mesmo que o especialista em ADE seja ateu, deve levar essa variável em conta, uma vez que ela ocorre no objeto de seu estudo. Muitos grupos étnicos praticam o **animismo**. Para eles a natureza é sagrada. A árvore, a montanha, os rios, tudo tem alma. Portanto, devem reverenciá-los, adorá-los etc. Interessantemente, os praticantes de tai chi chuan e de outras artes orientais fazem captação da energia solar, falam de circulação do *chi* (energia vital) e consideram os humanos como uma ligação entre a terra e o céu, como nos trigramas do *I ching* (na tradução de Richard Wilhelm). No prefácio a ele, Carl G. Jung diz o seguinte: “O opressivo enfoque pedagógico que pretende enquadrar os fenômenos irracionais dentro de um padrão racional é uma anátema para mim”; “a plenitude da vida ensinou-me a nunca descartar nada” porque “não se pode menosprezar tão facilmente grandes pensadores como Confúcio e Lao-Tse”.

Poderíamos indagar sobre a causa da fascinação por personalidades como Chico Xavier e São Francisco de Assis, mesmo por parte de ateus confessos. Enfim, a espiritualidade seria uma quarta dimensão a ser levada em conta na análise de textos/discursos por especialistas em ADE, além, é claro, da natural, da mental e da social. Mesmo que nós, pesquisadores, não sejamos espiritualistas, essa dimensão aparentemente não pode ser descartada, pois ela está presente na esmagadora maioria das comunidades, se não em todas. Em Capra (1998), ela é associada à ciência, à teoria sistêmica e, é claro, à visão ecológica de mundo. Para o autor, tudo faz parte de um mesmo todo.

Falando em espiritualidade, religião também é linguagem. Como demonstrado na linguística ecossistêmica, a linguagem existe na interação entre indivíduos (**comunicação**) e entre indivíduos e mundo (**significação**). A religião existe na ligação (*<re-ligare*) ou interação entre indivíduos (cerimônias religiosas, cultos, orações etc.) bem como entre indivíduos e o além. Na religião a comunhão espiritual tem um papel fundamental, a interação indivíduo-indivíduo é quase sempre comunal. Na linguagem só haverá comunicação se falante e ouvinte entrarem em comunhão antes da interação comunicativa propriamente dita. Vale dizer, a linguagem é interação sobre e com o mundo natural; a religião é interação sobre e com o mundo sobrenatural.

Enfim, vejamos o que o ecolinguista português Rui Ramos disse sobre a ADE. Em comunicação pessoal, ele afirmou que “a ideia de uma ADE menos ‘parcial’ no seu posicionamento ideológico é interessante e parece ter o potencial de ultrapassar posições por vezes radicalizadas associadas a posicionamentos políticos, feminismo ou denúncias de poder e hegemonia. O exemplo que apresenta é muito interessante: a defesa da mulher violentada às mãos do marido por ser um ser humano e não especificamente por ser mulher”.

### **8 Sugestão de análise de um texto não (anti)ambiental**

Analisar e criticar textos (anti)ambientais é relativamente fácil, e grande parte dos ensaios feitos no arcabouço teórico da ecolinguística (crítica) tem feito isso. Alguns exemplos podem ser respigados em *Cadernos de linguagem e sociedade* (14,1, 2013) e no presente volume. Nós achamos, porém, que um modelo teórico que permita analisar todo e qualquer tipo de texto é de se preferir àqueles que se restringem a textos ambientais e/ou de cunho político-ideológico. Vejamos um texto científico, extraído de *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*, de Noam Chomsky (São Paulo: Editora da UNESP, 2002: 32)

A abordagem que venho esboçando está relacionada à faculdade da linguagem: seu estado inicial e os estados que ela assume. Suponhamos que o órgão da linguagem de Peter está em estado L. Podemos considerar L a ‘linguagem internalizada’ de Peter. Quando falo de uma linguagem aqui, é isso que estou pretendendo dizer. Entendida dessa maneira, a linguagem é algo como ‘o modo como falamos e entendemos’, constituindo então uma concepção tradicional da linguagem. Adaptando um termo tradicional a uma nova estrutura, chamamos a teoria da linguagem de Peter de ‘gramática’ de sua linguagem.

Partindo exclusivamente da visão ecológica de mundo passada em revista acima e no capítulo 8, nota-se que a concepção de linguagem de Chomsky inicialmente viola um princípio ecológico fundamental, que é a evolução (sucessão ecológica). Para ele, trata-se de “estados”, como o “inicial”, o que implica que não percebe que a língua está em perpétua mudança. Para essa teoria, a linguagem é um “órgão”, logo, um coisa, não uma rede de interações. Além de ser uma coisa, trata-se de uma coisa individual, não socializada. O autor até que reconhece a faceta “mental” (internalizada por Peter) e a “natural” (órgão) da linguagem, mas deixa de fora o aspecto “social”, a despeito da enganadora expressão “o modo como falamos e entendemos”. Enganadora porque ele enfatiza sempre o indivíduo (que “fala” e “entende”). Chomsky ignora totalmente o fato de que como tudo no mundo, a língua é aberta/porosa, não uma estrutura fechada (gramática). Por estar no indivíduo (Peter), a linguagem é apenas expressão do pensamento, não basicamente interação. Poderíamos continuar alinhando os problemas que a concepção gerativista de linguagem apresenta. No entanto, gostaríamos de terminar com aquele

que para nós paira por sobre os demais: o antropocentrismo subjacente a toda a teoria. Isso não está bem visível no pequeno excerto supra, mas, para o autor, a linguagem humana (língua) não tem nada a ver com os modos de comunicação das demais espécies, talvez por sermos “superiores” aos demais animais. A linguagem não seria fruto da evolução, mas, talvez, algo dado por Deus, como se vê no livro *Gênesis* da Bíblia.

Alguém poderia perguntar sobre o que essa curta análise tem de diferente de uma que fosse feita pela AD(C). Para começo de conversa, não recorremos a nenhum conceito não ecológico. Todos foram tirados do ecossistema e/ou de suas propriedades e características, tais como sucessão ecológica, porosidade, interação, relação organismo-mundo (significação), relação organismo-organismo (interação comunicativa, comunicação), diversidade (defesa do direito de autorrealização de todos os seres vivos) etc. Não recorremos a nenhuma ideologia política, partidária ou religiosa nem a relações de poder. Nem a ecolinguística crítica conseguiria fazer uma análise como a presente. O máximo que ela faria seria algo como Carvalho (1989) fez antes do próprio surgimento da ecolinguística. Em Couto; Couto; Borges (2014) há mais exemplos de análises linguístico-ecossistêmicas de outros tipos de textos/discursos.

### 9 Conclusões e perspectivas

Nossa intenção ao produzir o presente ensaio foi apresentar uma alternativa de análise de discursos que não veja neles exclusivamente ideologias e relações de poder. Propusemos algo muito mais geral e abrangente, pelo menos nós acreditamos nisso, do que ideologia e poder. É claro que na vida em sociedade as questões ideológicas e de poder permeiam tudo. No entanto, a vida precede ambos. Sem ela não há ideologias nem poder. Numa época em que estamos numa atitude suicida de devastação de todos os meios de nossa própria sobrevivência na face da terra, nada mais urgente do que a defesa da vida. A ciência da vida é a biologia. A ecologia é parte dela, logo, também uma ciência da vida. Como vimos no capítulo 8, a língua é uma rede de interações que se dão no seio do ecossistema linguístico, contendo os mesmos ingredientes que existem no ecossistema biológico.

Além da macroecologia que serve de suporte à linguística ecossistêmica em geral, uma das fontes de inspiração da ADE é a **ecologia profunda** (EP), da qual gostaríamos de salientar alguns princípios. Antes de mais nada, ela apregoa uma **descentralização**, que em outras situações se chama de “pluricentrismo”, que recomenda “pensar globalmente e agir localmente”. Uma de suas máximas é “viva e deixe viver”, válida para todas as espécies, precedida da recomendação de não se infligir sofrimento desnecessário em outros seres vivos. Naess (1989: 75) diz que “se comparamos ‘Não mate’ com ‘Não mate sua mãe’, a primeira asserção tem prioridade lógica porque dela podemos derivar a segunda, mas não o contrário”, o que mostra que defender a mulher que sofre nas mãos do marido por ser um ser vivo que sofre

tem precedência sobre a ideologia de defendê-la por ser mulher. Isso deriva de um “cuidado estendido aos seres não humanos e um cuidado aprofundado para com os humanos”. Para a EP, que tem como *slogan* “simples em meios, rica em fins”, todo ser vivo procura sua “autorrealização”, a própria sobrevivência e bem-estar, a felicidade (Naess, 2002: 113). Tudo isso pode, e deve ser apropriado pela ADE porque a vida é sua protagonista.

Fora da ecolinguística surgiram conceitos que também podem ser apropriados pela ADE com grande propriedade e proveito. Carvalho (1989), por exemplo, usa os de **discurso ecológico oficial** *versus* **discurso ecológico alternativo**. Sempre que nos debruçarmos sobre um texto a ser analisado, é bom ter essa distinção em mente, embora isso cheire a relações de poder. A ideia de **sujeito ecológico**, que lembra muito o “ego ecológico” da ecologia profunda, é também muito interessante. Carvalho menciona ainda o termo de Hallowell **comportamento ambiental** e a **mente ecológica** de Bateson (Carvalho, 2005). Mas, muito antes de tudo isso as bases da ADE já estavam antecipadas em filosofias orientais como o hinduísmo, o budismo e, sobretudo o taoísmo. Este último tem como conceito central a harmonia (Couto, 2012). Enfim, a ADE dialoga com diversas áreas. Ela é inter-, trans- e multidisciplinar, como toda disciplina de fundamentação ecológica.

Como observação final, gostaríamos de dizer aos colegas, sobretudo aos que se dedicam à análise de discurso e à análise do discurso crítica, que estamos propondo a ADE não porque achemos essas disciplinas sem importância. Pelo contrário, elas trouxeram um novo alento à linguística formal iniciada com Saussure e outros. Nossa proposta se destina a dar um passo à frente. Pode até ser que ela não seja válida, e/ou não seja aceita pela comunidade linguística, mas de uma coisa estamos convictos: ela é algo novo no âmbito da análise de discurso.

### Referências

- ALEXANDER, R.; STIBBE, A. *From the analysis of ecological discourse to the ecological analysis of discourse*. *Language sciences* v. 41, 2014, p. 104-110.
- BOOKCHIN, M. *What is social ecology?* In: ZIMMERMAN, M. E. (org.). *Environmental philosophy: From animal rights to radical ecology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1993.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- CAPRA, F. *Pertencendo ao universo*. São Paulo: Cultrix/Amana. 1998, 10ed.
- CARVALHO, I. I. C. M. *Territorialidades em luta: Uma análise dos discursos ecológicos*. Fundação Getúlio Vargas, Dissertação de Mestrado, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais*. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs.). *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_; STEIL, C. A. *A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade*. Ambiente & sociedade vol. XI, n. 2, 2008, p. 208-305.

CATTON JR., W. R.; DUNLAP, R. E. *Environmental sociology: A new paradigm*. *American sociologist* 13, 1978, p. 41-49.

COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso ecológica', disponível em

<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-discurso-ecologica.html>, de 01/04/2013 (2013a).

\_\_\_\_\_. *O que é ecolinguística, afinal?* Cadernos de linguagem e sociedade v. 14, n. 1, 2013b, p. 275-313.

\_\_\_\_\_. *Linguística ecossistêmica crítica ou Análise do discurso ecológica*. In: COUTO, E. K. N. N. do; DUNCK-CINTRA, E.; BORGES, L.A. de O. (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014, p. 27-41.

\_\_\_\_\_; EMBALÓ, F. *Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: Um país da CPLP*. Brasília: Thesaurus, 2010.

DAMÁSIO, A. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2008, 4ª. reimpressão.

DRENGSON, A.; INOUE, Y. (orgs.). *The Deep Ecology Movement: An introductory anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, 1949.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FILL, A. *Wörter zu Pflugscharen: Versuch einer Ökologie der Sprache*. Viena: Böhlau, 1987.

\_\_\_\_\_. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007, 8ª. ed.

GARRARD, G. *Ecocrítica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

GLOTFELTY, C. *Introduction: Literary studies in an age of environmental crisis*. In: CLOTFELTY & FROMM (orgs.): p. xv-xxxvii, 1996.

\_\_\_\_\_; FROMM, H. (orgs.). *The ecocriticism reader*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1996.

GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. *Psicologia ambiental : considerações sobre sua área de pesquisa*. Série *Textos de Psicologia Ambiental* n. 10, Laboratório de Psicologia Ambiental, UnB, 2005.

MAGALHÃES, I. *Introdução: A análise de discurso crítica*. *D.E.L.T.A.*, 21: Especial, 2005, p.1-9.

## ECO-REBEL

MAKKAI, A. *Ecolinguistics: ¿Toward a new \*\*paradigm\*\* for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.

MARTIN, J. R. *Positive discourse analysis: Solidarity and change. Revista canaria de estudios ingleses* n. 49, 2004, p. 179-200.

\_\_\_\_\_. *Vernacular deconstruction: Undermining spin. DELTA* v. 22, n. 1, 2006, p. 177-203.

Mo Tzu. Thrift in funerals. In: BOOK 25, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/mohism/>, 20/05/2010.

NAESS, A. *The shallow and the deep, long-range ecology movement: A summary. Inquiry* 16, 1973, p. 95-100.

\_\_\_\_\_. *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. *Life's philosophy - Reason & feeling in a deeper world*. Athens: The University of Georgia Press, 2002.

PEPPER, D. *Socialismo ecológico: Da ecologia profunda à justiça social*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

PINEZI, A. K. M.; SUZUKI, M. *Infanticídio e direito de viver: um debate sobre o infanticídio suruwahá, recentes mudanças culturais e direitos humanos*. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro (BA), 01-04/06/2008.

RAMOS, R. *O discurso do ambiente na imprensa e na escola: Uma abordagem linguística*. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

\_\_\_\_\_. *O rei de Espanha foi caçar elefantes: A construção discursiva do evento nos media portugueses. Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, 2013, p. 17-40.

VIAN JR., O. *Gêneros do discurso, narrativas e avaliação nas mudanças sociais: A análise de discurso positiva. Cadernos de linguagem e sociedade* v. 11, n. 2, 2010, p. 78-96.

[Este texto está também no livro *O paradigma ecológico nas ciências da linguagem: Coletânea de ensaios clássicos e contemporâneos*, Goiânia: Editora da UFG, 2015, organizado por Hildo H. do Couto, Elza K.N.N. do Couto, Gilberto P. de Araújo & Davi B. de Albuquerque).

**Recebido em 10/10/2014.**

**Aceito em 31/01/2015.**